

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2024

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024

1 – PREÂMBULO

O **Município de Saltinho, SC**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Álvaro Costa, 545 – Centro - 89.981-000 - Saltinho - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.844/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. **EDIMAR NORONHA DE FREITAS**, brasileiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, na Forma Presencial, objetivando a seleção de empresa para outorga de incentivos econômicos que dispõe o subitem 2.1, conforme prevê a Lei Orgânica do Município. A presente licitação será processada e julgada em conformidade com as disposições constantes no Art. 6, inciso I, letra f da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 e nº 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 09h00min (horário oficial de Brasília) do dia 17 de abril de 2024, no Setor de Licitação deste Município, no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, dar-se-á a partir das 09h:15min horas (horário oficial de Brasília) do dia **17 de abril de 2024**, em sessão pública realizada na sala de reuniões da Prefeitura de Saltinho, situada no endereço citado no item 1.1.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecidos neste Edital.

2 - DO OBJETO, FINALIDADES, METAS E PRAZO DOS BENEFÍCIOS

2.1. A presente licitação tem por objeto a seleção de empresa para concessão, na forma da Lei nº 14.133/2021:

2.1.1 - Outorga de Concessão de Direito Real de Uso a título oneroso, de uma parte da matrícula de nº 9367 (em anexo) contendo:

Item	Descrição	Unidade	Quant	Valor anual	Quant. de empregos	Setor
1	Pavilhão industrial com área de 646,73 m ²	Pavilhão	1	R\$ 2.100,00	10(dez) empregos	Industrial
2	Pavilhão industrial com área de 651,24 m ²	Pavilhão	1	R\$ 2.100,00	7(sete) empregos	Prestação de serviços de mecânica

Os barracões construídos em estrutura pré-fabricada de concreto e aço incluindo fechamentos, piso, instalações e acessos, localizado na SC-160, saída para Serra Alta, sob a matrícula 9367 no CRI de Campo Erê - SC.

OBRIGAÇÕES:

2.1.2 - As empresas, pessoa jurídica de direito privado, que vierem a se instalar no terreno e beneficiadas com a infraestrutura que se refere o item 2.1.1, fica obrigada a gerar inicialmente no mínimo 04 empregos em caráter imediato para o item 1 e 03 empregos para o item 2, preferencialmente dentre os habitantes do Município de Saltinho, no prazo de até 180 dias, contados do início das atividades, prorrogável por igual período.

2.1.2.1 – Os empregos estipulados no item 2.1.1, serão cobrados na sua integralidade a partir do terceiro ano de contrato.

2.3. Todos os investimentos em edificações e infraestrutura que forem realizados pelo Município, ocorrerão em estrita observância às normas legais aplicáveis, em especial a legislação sobre licitações públicas.

2.4. A meta principal desta concessão é oferecer incentivos econômicos às empresas que se estabeleçam e iniciem atividades no Município, bem como àquelas já existentes que ampliem ou diversifiquem suas instalações e atividades produtivas, observadas as exigências da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o que, por conseguinte, deverá estimular a ocorrência de fatores de melhoria das condições socioeconômicas do Município, tais como a geração de empregos, a preservação do meio-ambiente, a geração de tributos, a geração de movimento econômico e o aumento do Produto Interno Bruto – PIB.

2.5. As concessionárias estarão comprometidas com os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e aperfeiçoamento do empreendimento industrial que pretende instalar objeto desta concessão, nas condições estabelecidas neste Edital e legislação complementar.

2.6. O prazo de vigência da concessão objeto deste certame será de até 10 (dez) anos, contados a partir da data da assinatura do respectivo Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (minuta constante do Anexo “E” deste Edital), prorrogáveis por mais 10 (dez) anos, e assim sucessivamente desde que haja interesse comum entre as partes contratantes.

2.6.1. A prorrogação de que trata o subitem 2.6 deverá ser requerida pela concessionária no prazo de até 30 (trinta) dias anteriores à data do término da vigência do respectivo Contrato, devendo a Administração Municipal de Saltinho, decidir a respeito no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento de tal requerimento.

2.6.2. As concessionárias devem fazer as melhorias necessárias para início de suas atividades, com prazo de 30 dias para execução das obras, prorrogáveis por 15 dias.

2.6.2.1. As obras necessárias estão dispostas no laudo anexo, emitido pelo setor de engenharia do município.

2.7 – São de encargos do proponente vencedor (Concessionária):

2.7.1 – Exercer atividades industriais, pelo período mínimo de 10 (dez) anos, prorrogado por igual período.

2.7.2 – Contratação de mão de obra local para, no mínimo 70% (setenta por cento) dos empregos gerados.

2.7.2.1 – Na eventualidade de não atingir o percentual acima, a empresa vencedora da licitação deverá justificar a impossibilidade, comprovando o oferecimento de vagas, mediante publicação em redes sociais, rádios e jornais de circulação local.

2.7.3 – Geração dos empregos relativos ao item 2.1.1 deste edital, devidamente registrados, no prazo de até 60 dias, contados da data da entrega pelo Poder Executivo Municipal, ou a quantidade prevista na proposta se esta for maior,

2.7.4 – Pagar anualmente o valor ofertado na proposta, observando o mínimo de R\$ 2.100,00 reais corrigidos anualmente.

2.7.6 – Manutenção, preservação e cuidados periódicos do pavilhão.

2.7.7 – Preservar o meio ambiente e adquirir sob suas expensas todas as licenças ambientais necessárias para realização das atividades, sendo que a apresentação das mesmas condicionará o início das atividades.

2.7.8 – Pagar as despesas de água, luz e demais tributos e encargos incidentes sobre o imóvel

2.7.9 – Contratar seguro total do imóvel objeto da concessão, após efetiva instalação da empresa. A comprovação se dará através do envio de uma (01) via do contrato ou apólice para a Administração Pública.

2.7.10 – Efetuar os investimentos necessários à manutenção e desenvolvimento da atividade.

2.7.11 – Atender os prazos previstos.

2.7.12 – Cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho.

2.7.13 – Cumprir com os encargos que lhe são atribuídos neste Edital de Licitação e anexos.

2.7.14 – Em caso das adequações não estiverem concluídas, mas se for de concordância tanto da Concessionária quanto do Município, a Concessionária poderá tomar posse independente de qualquer prazo ou conclusão das adequações.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados, que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas ou pessoas físicas que estejam cumprindo as sanções previstas na 14.133/2021, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 – Em recuperação judicial ou em processo de falência;

3.2.2 – Em consórcio.

3.3 – Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

3.4 – Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

4.1 – Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, neste caso, autenticada por tabelião competente ou servidor da administração, conforme preceituado a lei n. 14.133/2021.

4.2 – Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

4.3 – Os envelopes de n. 01 e 02, contendo respectivamente a documentação de habilitação e a proposta, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente lacrados (fechados), constando da face de cada qual a identificação com os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO – SC

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2024
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO – SC
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2024
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4.4 – O envelope com a documentação de habilitação e de proposta deverá ser opaco e estar lacrado.

4.5 – A proposta deverá ser redigida em idioma nacional, apresentada em original, datilografada ou por computador, datada, carimbada e assinada por representante legal da empresa, estando dentro de envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação.

4.6 – A proposta deverá ser elaborada na forma disposta no modelo constante em anexo II deste Edital, devendo conter todos os itens ali exigidos, e os campos sem valor deverão conter a numeração “0” (zero).

4.7 – O prazo de validade da proposta, independente de constar expressamente, não será inferior a 90 (noventa) dias.

4.8 – Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma Carta de Credenciamento, conforme modelo sugestivo constante no Anexo IX deste Edital, a qual deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações no ato da abertura dos Envelopes 01, ou através de procuração com reconhecimento de firma em Cartório. Se for sócio administrador ou dirigente da empresa, o representante deverá apresentar contrato social atualizado ou ata de eleição de dirigentes, no caso de sociedades por ações, podendo valer-se, para isso, da documentação apresentada no Envelope 01.

4.9 – A Recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horários indicados para protocolo junto ao Setor de Licitações. A Prefeitura Municipal de Saltinho e a Comissão Permanente de Licitações não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, no Setor de Licitações desta Prefeitura, ou seja, reforçamos que a entrega e protocolo deverá ocorrer no Setor de Licitações.

5 – DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A HABILITAÇÃO

5.1 – Para fins de habilitação, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

5.1.1 – Para comprovação da habilitação jurídica:

- a) Certificado de Registro Cadastral expedido pelo Município de Saltinho, em vigor, de acordo com a Lei nº 14.133/2021;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores e declaração de firma individual, quando for o caso;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), expedida em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data marcada para apresentação dos envelopes.
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Documento de Identidade do(s) representante(s) legal(is) da proponente.

5.1.1.1 – A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da Certidão da Junta Comercial, emitida no máximo a 120 (cento e vinte) dias da data marcada para apresentação dos envelopes.

5.1.1.2 – Os documentos exigidos nas alíneas “b” e “c”, deste item, poderão ser substituídos pela Certidão Simplificada da Junta Comercial, ou fotocópias autenticadas dos extratos da Junta Comercial, devidamente publicados no Diário Oficial, indicando e relacionando os representantes legais e a composição acionária da empresa.

5.1.1.3 – Caso a proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma carta de credenciamento ou procuração e documento de identificação com foto, os quais deverão ser entregues à Comissão de Licitações até a data e horário da abertura dos envelopes.

5.1.2 – Para comprovação da regularidade fiscal:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Unidade competente, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, consistentes na apresentação de: Certidão Negativa de Débitos - CND do INSS; e, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
- f) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da expedição; e,
- g) Declaração da licitante, de que visitou o imóvel objeto da licitação, que está ciente do estado em que se encontra atualmente a edificação, que está ciente dos investimentos que deverá realizar para permitir a utilização do imóvel, declarando estar ciente de que estes investimentos não serão ressarcidos por ocasião do fim ou rescisão do contrato oriundo do presente procedimento.
- h) Declaração da proponente de que não pesa contra si, sanção por inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de governo, em função do disposto no art. 97 da lei nº 8.666/93.
- i) Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres e, de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- j) Declaração da proponente atestando que a mesma não possui no seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade econômica mista.
- k) Balanço Patrimonial Contábil dos exercícios de 2022 e 2023, sendo que a não apresentação destes Balanços não é motivo de inabilitação, mas refletirá no critério de pontuação.
- l) As certidões que não mencionarem o prazo de validade serão consideradas válidas por 30 (trinta) dias da data de emissão, salvo disposição contrária em lei ou em regulamento a respeito.

5.1.3 As empresas interessadas na concessão deverão fazer a visitação do espaço objeto desta licitação. O atestado da visita deve estar no envelope correspondente a habilitação¹. No prazo de até 5 dias anteriores a abertura da licitação, mediante agendamento no setor de engenharia do município.

6 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

6.1 – Na data, horário e local indicado neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes contendo a documentação e as propostas.

6.2 – Após o presidente da Comissão declarar estar encerrado o prazo para recebimento os envelopes, nenhum outro será aceito, inclusive documentos não apresentados de acordo com o Edital ou substituição dos mesmos.

6.3 – Os documentos retirados do envelope serão rubricados por todos os membros da comissão de licitação, facultando-se aos interessados o exame dos mesmos.

¹ Necessária a visita pois os barracões industriais precisam de melhorias importantes para início das atividades e tal investimento pode prejudicar o licitante que não conhecer a situação, conforme laudo e planilha anexa.

6.4 – Caso a Comissão de Licitação julgue conveniente, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando nova reunião, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação.

6.5 – Julgada a habilitação, será designada sessão de abertura dos envelopes das propostas com a participação dos proponentes que tenham satisfeito as exigências de habilitação deste edital, e após o prazo recursal, ou desistência expressa, ou após julgamento dos recursos interpostos, podendo ocorrer no mesmo dia do julgamento da habilitação, se satisfeitas as condições acima.

6.6 – Abertos os envelopes das propostas, os respectivos documentos serão rubricados por todos os membros da comissão e facultativamente, pelos representantes dos participantes presentes na sessão.

6.7 – Caso a comissão de Licitação julgue necessário, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, designando nova data, da qual serão cientificados os licitantes.

6.8 – O não comparecimento de qualquer dos representantes não impedirá a efetivação da reunião de abertura das propostas de preços, não cabendo aos ausentes o direito de qualquer reclamação desde que cientificados, salvo recurso no prazo legal.

7 – JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1 – Critérios para julgamento da documentação:

7.1.1 – Serão inabilitados à presente licitação os participantes, que:

- a) apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamento em partes essenciais, sem a devida ressalva; e,
- b) não atenderem ou preencherem as condições de habilitação exigidas neste edital.

7.2 – Critérios para julgamento da proposta:

7.2.1 – Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não estiverem assinadas pelo representante legal da empresa;
- b) estiverem em desacordo com o edital.

7.2.2 – Classificação das propostas:

- a) após o exame das propostas, a Comissão fará a classificação das mesmas, levando em conta exclusivamente a maior pontuação obtida pelo somatório das alíneas “a” a “f” do item 8.1 deste Edital;
- b) será classificada na primeira colocação a proposta que auferir a maior pontuação;
- c) no caso de empate, será declarada vencedora a licitante que obtiver maior pontuação na alínea “a” do item 8.1; e, persistindo empate, sucessivamente através das maiores pontuações nas alíneas seguintes (“b” ao “f”), se, ainda assim, for verificado empate, haverá sorteio entre as propostas iguais, para definição da vencedora.

8 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento será maior pontuação global, mediante aplicação dos seguintes critérios:

- a) até 40 pontos para propostas que ofertarem um número inicial de empregos gerados, sendo:

* 20 pontos para a proposta que ofertar um número de 3 a 4 empregos diretos gerados em até 60 dias da instalação da empresa;

* 30 pontos para a proposta que ofertar um número de 5 a 9 empregos diretos gerados em até 60 dias após o início das atividades; e,

* 40 pontos para a proposta que ofertar um número superior a 10 empregos diretos gerados em até 60 dias após o início das atividades;

b) 20 pontos para a proposta que ofertar o maior valor de investimento em máquinas e equipamentos para o exercício das atividades. As demais proponentes serão classificadas em ordem decrescente, sendo-lhes atribuído, respectivamente, nota reduzida de 5 (cinco) pontos para cada colocação, não podendo ser avaliado nota inferior a 5 (cinco) pontos (exemplo: 1º lugar – 20 pontos; 2º lugar – 15 pontos; 3º lugar – 10 pontos; 4º lugar e demais – 5 pontos). Em caso de empate será atribuída a mesma pontuação para as empresas empatadas;

c) 20 pontos para a proposta que ofertar maior valor anual pela concessão, não podendo ser o valor ofertado inferior a R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) anual; as demais proponentes serão classificadas em ordem decrescente, sendo-lhes atribuído, respectivamente, nota reduzida de 5 (cinco) pontos para cada colocação, não podendo ser avaliado nota inferior a 5 (cinco) pontos (exemplo: 1º lugar – 20 pontos; 2º lugar – 15 pontos; 3º lugar – 10 pontos; 4º lugar e demais – 5 pontos). Em caso de empate será atribuída a mesma pontuação para as empresas empatadas;

d) 20 pontos em favor da licitante que comprovar maior faturamento nos últimos 2 (dois) exercícios (2022 e 2023). As demais proponentes serão classificadas em ordem decrescente, sendo-lhes atribuído, respectivamente, nota reduzida de 5 (cinco) pontos para cada colocação, não podendo ser avaliado nota inferior a 5 (cinco) pontos (exemplo: 1º lugar – 20 pontos; 2º lugar – 15 pontos; 3º lugar – 10 pontos; 4º lugar e demais – 5 pontos). Em caso de empate será atribuída a mesma pontuação para as empresas empatadas;

e) 50 pontos em favor da licitante que comprovar estar sediada no município de Saltinho a pelos menos 2 anos, ou seu grupo econômico.

8.1. – Para comprovação e classificação das proponentes, em conformidade com a alínea “d”, deverá a licitante apresentar cópia do Balanço Patrimonial Contábil dos exercícios de 2022 e 2023.

8.1.1.1 – À proponente que não apresentar os balanços contábeis exigidos na alínea “d” do item 8.1, será atribuído nota 0,00 (zero).

8.1.2 – O valor disposto na alínea “e”, do item 8.1, não corresponde a aluguel, e sim uma contribuição pela ocupação do imóvel, devendo a primeira contribuição ser paga em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

8.1.3 – O número mínimo de empregos gerados, a ser ofertado, conforme alínea “a” do item 8.1, deverá ser comprovada em até 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, mediante apresentação de documentos que comprovem referidas contratações.

8.1.3.1 – a não comprovação das contratações, nos termos do item 8.3, ensejará a rescisão contratual, com a imediata desocupação do imóvel pela proponente vencedora.

8.1.3.2 – Caso a Cessionária por algum motivo, entre eles força maior, não consiga comprovar o número de contratações dentro do prazo estabelecido deverá justificar junto ao Poder Público Municipal o qual, dependendo das justificativas, poderá prorrogar o prazo.

9 – PRAZO DE CONCESSÃO

9.1 – O prazo da CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, por interesse da parte e conveniência administrativa, de acordo com a lei 14.133/2021.

9.2 – Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

9.3 – Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

9.4 – A concessionária terá o prazo máximo para início das atividades de 60 (sessenta) dias, a contar da emissão da ordem de instalação, podendo ser prorrogado por 30 (trinta dias), desde que devidamente justificado.

10 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

10.1 – A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital será feita de acordo com a Lei 14.133/2021, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, sendo considerados dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

10.2 – O Município de Saltinho poderá a qualquer tempo revogar ou anular o presente processo de licitação, nos termos do artigo 71 da Lei 14.133/2021, havendo razões motivadas, sem que caiba aos participantes ou ao licitante vencedor direito a ressarcimento ou indenização.

10.3 – Em qualquer fase do processo desta Licitação, a Prefeitura se reserva o direito de solicitar aos participantes esclarecimentos eventualmente necessários em relação à documentação e à proposta apresentadas.

10.4 – A Comissão Permanente de Licitação poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.

10.5 – As interpretações, correções e ou alterações do Edital, promovidas pela Prefeitura no Edital, por iniciativa própria ou atendendo a eventual impugnação o de licitante, serão comunicadas, por escrito, a todos que o tiverem adquirido.

10.6 – Informações e esclarecimentos sobre o certame, bem como sobre o Edital completo, poderão ser obtidos, formalmente, junto à Comissão Permanente de Licitação, na sede da Administração municipal ou por: esclarecimentos@saltinho.sc.gov.br.

10.7 – Os pedidos de esclarecimento sobre o processo de licitação serão formulados por escrito e protocolizados na Prefeitura ou por e-mail no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para a entrega das propostas. As respostas serão providenciadas no prazo máximo de 03 (três) dias antes da mesma data.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

11.1 – O Concessionário permitirá ao município realizará vistorias periódicas, e caso descumprimento poderá rescindir o instrumento de contrato bem como solicitando indenização do Cessionário pelos concertos que se fizerem necessários;

11.2 – A empresa vencedora deverá iniciar sua instalação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, isso não ocorrendo, poderá ensejar a revogação da presente Concessão, ressalvados os casos de força maior e caso fortuito.

11.3 – Responder civil e criminalmente por si, seus empregados ou prepostos, por danos materiais e morais causados a terceiros, usuários e funcionários dentro do espaço de concessão, sem a responsabilidade solidária do Município;

11.4 – Respeitar todas as determinações da legislação ambiental e, conseqüentemente, obter os licenciamentos dos órgãos competentes se vier a ser necessário;

11.5 Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre os imóveis que são objetos de cessão e sobre as atividades que neles venham a ser desenvolvidas;

11.6 – Conservar a área permitida em boas condições de conservação, uso, higiene e limpeza;

11.7 – É vedado ao concessionário dar como garantia, a qualquer título e em qualquer transação legal, os direitos e obrigações decorrentes do contrato de concessão, sob pena de resolução do contrato e aplicação das demais penalidades cominadas legal e contratualmente;

11.8 – É vedado ao concessionário subconceder ou ceder os imóveis, no todo ou em parte, a terceiros, a qualquer título, gratuito ou oneroso, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de outras sanções previstas na legislação de regência, salvo prévia autorização da Administração Municipal.

11.9 – Constituem, ainda, obrigações do concessionário todas as outras estabelecidas no presente edital.

12 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

12.1 – Efetuar o cumprimento dos incentivos mencionados neste Edital de Licitação e anexos.

12.2 – Fiscalizar o cumprimento dos encargos da Cessionária.

13 – DA CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1 – A licitante vencedora será convocada para a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da Homologação.

13.2 – O prazo de assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Saltinho.

13.3 – Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, a licitante vencedora perderá o direito à contratação.

13.4 – Se a licitante vencedora não assinar o contrato no prazo estabelecido, o Município de Saltinho poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

13.5 – Não será admitida a subcontratação do objeto desta licitação nem a participação de consórcio.

13.6 – Este EDITAL e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado como se nele estivessem transcritos.

13.7 – Em caso de descumprimento do contrato pela concessionária, ou de paralisação das atividades, o imóvel retornará imediatamente ao Município, inclusive com as edificações realizadas pela mesma, podendo extrair do local somente os equipamentos industriais.

14 – DA RESCISÃO CONTRATUAL E REVERSÃO

14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 115 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências previstas no artigo 119 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

14.2 – A rescisão contratual poderá ser:

14.2.1 – Determinada por ato unilateral da Administração.

14.2.2 – Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

14.3. Reverterão ao município os bens concedidos a título de estímulo econômico, quando:

a) Não utilizados em sua finalidade;

b) Não iniciadas as atividades no prazo de 60 (sessenta) dias prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, a contar da emissão da ordem de instalação, nos termos deste edital.

c) Não cumprido os prazos estipulados;

d) Não atingindo o número de empregos dispostos na Proposta Comercial para o primeiro (1º) ano corrente;

e) Paralisação das atividades;

f) Falência ou concordata da empresa;

g) Transferência do estabelecimento para outro município; e

h) Vencimento do contrato de concessão sem que a empresa tenha exercido a opção de compra.

14.3.1 – a empresa enquadrada neste artigo deverá desocupar o imóvel objeto da concessão no prazo máximo de 90 (noventa) dias, fazendo a retirada das benfeitorias realizadas quando for tecnicamente possível, deixando o bem concedido nas mesmas condições que fora recebido.

15 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1 – Decairá do direito de impugnar os termos do Edital o licitante que não o fizer até o 3 dias úteis que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, conforme disposto no Art. 164, da Lei nº 14.133/2021.

15.2 – Sem prejuízo do prazo citado do subitem anterior, a impugnação será decidida no prazo de 03 (tres) dias úteis, observando em qualquer caso o disposto no parágrafo único do Art. 164, da Lei nº 14.133/2021.

15.3 – A impugnação será feita tempestivamente pelo licitante e dirigida à Comissão Permanente de Licitação, não o impedindo de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão administrativa a ela pertinente.

15.4 – Para Impugnação do edital ou interposição de recursos, o interessado ou licitante deverá apresentar junto com suas razões, os documentos necessários que identifiquem a empresa ou pessoa física (caso não seja sócio ou proprietário, deverá apresentar procuração registrada em cartório), bem como que identifiquem suas alegações.

15.5 – Conforme faculta o artigo 164, da Lei nº 14.133/2021, inciso I, as licitantes que se julgarem prejudicadas em qualquer ato, poderão interpor recurso contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação, no curso do procedimento licitatório, contra as seguintes decisões:

a) De habilitação ou inabilitação de licitante;

b) De julgamento das propostas (classificação/desclassificação);

15.6 – Deverão ser observados os pressupostos de admissibilidade recursal: legitimidade; interesse de recorrer; a existência de ato administrativo decisório; tempestividade; a forma escrita; fundamentação; pedido de nova decisão.

15.7 Os recursos serão opostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação da decisão ou da lavratura da ata se presente na sessão a licitante interessada em recorrer, e terão os efeitos previstos em lei.

15.8 – Das decisões de anulação ou revogação da licitação e de aplicação das penas de advertências, suspensão temporária ou de multa, caberá recurso à autoridade superior por intermédio daquela que proferiu a decisão.

15.9. Interposto o recurso, dele será dada ciência às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

15.10 – Os recursos e impugnações deverão ser entregues no Setor de Licitação do Município de Saltinho, na Rua Álvaro Costa, 545 – Centro de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 11h00min e das 13:30h às 17:00h, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, onde será emitido comprovante de recebimento.

16 – LOCAL DE INFORMAÇÕES, ELEMENTOS OU ESCLARECIMENTOS

16.1 – Os interessados poderão obter maiores informações sobre a licitação na sede da Prefeitura Municipal de Saltinho, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 11h00min e das 13:30h às 17:00h.

16.2 – As empresas ou pessoas, interessadas na licitação, poderão visitar e conhecer o local, e as instalações objeto da concessão antes da licitação.

16.3 – Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem todos os documentos exigidos neste Edital, que apresentarem documentos rasurados, com prazo de validade vencido na data prevista para a realização da sessão de abertura dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, que não atenderem todos os requisitos dispostos no item 5, ou ainda os proponentes que apresentarem seus documentos de forma diversa da estabelecida neste Instrumento.

16.3.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME's ou EPP's, estas serão consideradas provisoriamente habilitadas até a apresentação das certidões fiscais em até 5 (cinco) dias prorrogáveis por igual período, no caso de não apresentação dos documentos, a(s) mesma(s) serão inabilitadas. Para comprovação de habilitação, as certidões deverão ser protocoladas junto à Prefeitura Municipal, no prazo estipulado na ata da licitação.

16.4 – Os envelopes nº 02 - PROPOSTA, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

16.5 – Serão abertos os envelopes 02 - PROPOSTA, contendo as propostas de preços dos proponentes habilitados, desde que tenha havido renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o art. 109, inc. I "a" da Lei 8.666/93, através da assinatura na Ata, ou Termo de Renúncia (modelo constante do Anexo "D" deste Edital). Caso contrário, a data da abertura será comunicada diretamente às proponentes (podendo tal

intimação ocorrer através de publicação na imprensa oficial) após julgado o recurso interposto, ou decorrido o prazo sem interposição de recursos.

16.6 – Uma vez abertas, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

16.7 – Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis com os requisitos deste Edital.

16.8 – Será efetuado o julgamento e a classificação das propostas de acordo com o estabelecido no item 7 e 8 deste Edital.

16.9 – Da(s) sessão(ões) de abertura e apreciação de envelopes será(ão) lavrada(s) ata(s) circunstanciada(s) a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da(s) mesma(s), ficando sem direito de fazê-lo posteriormente, tanto as proponentes que não tiverem comparecido, como os que mesmo tendo comparecido não consignarem em ata os seus protestos.

16.10 – Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Prefeitura Municipal de Saltinho poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação.

17 – DAS SANÇÕES

17.1 – De conformidade com o estabelecido nos artigos 156 da Lei Federal nº

14.133/2021, a licitante adjudicada que descumprir as condições deste Edital de Concorrência Pública, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

17.1.1 – Advertência;

17.1.2 – Multa, na forma prevista na Cláusula respectiva da Minuta de Contrato anexo;

17.1.3 – Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Saltinho pelo prazo de até 02 (dois) anos;

17.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Saltinho, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – O Município de Saltinho reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, antes da assinatura do contrato, sem que caiba reclamação ou pedido de indenização pela proponente vencedora.

18.2 – As proponentes assumem todos os custos de elaboração e apresentação de suas propostas.

18.3 – As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

18.4 – Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

18.5 – Os interessados ficam cientes de que a outorga objetiva que o futuro concessionário se utilize do imóvel público para o fim específico de nele edificar e operar unidade industrial, comercial ou prestação de serviços, que incrementem a atividade econômica do Município, aumentem a arrecadação de tributos e gerem emprego, renda e benefícios à população de Saltinho, segundo este ato convocatório e seus anexos.

18.6 – A concessão real de uso - direito real resolúvel – condiciona-se, durante a vigência do contrato respectivo, ao estrito cumprimento das obrigações a que se sujeitará o concessionário, previstas neste Edital e nos seus anexos específicos, sob pena de rescisão do instrumento e de reversão da posse do imóvel ao Município.

18.7 – A concessão se aperfeiçoará se mantidas válidas e vigentes as condições e obrigações indicadas neste instrumento e em seus anexos, e indicadas na proposta vencedora do certame licitatório.

18.8 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal da Prefeitura Municipal de Saltinho - SC.

18.9 – As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Presidente da Comissão de Licitação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

18.10 – As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

18.11 – O Edital encontra-se disponível para retirada no Site: www.saltinho.sc.gov.br, cujas informações poderão ser obtidas pelo telefone/fax: (49) 3656-0044, ou pessoalmente, em dias úteis, no horário de expediente.

18.12 – O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, ou seja, o foro da Comarca de Campo Erê/SC.

18.13 – Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para a entrega dos envelopes n.º 01 e 02.

19 - DOS ANEXOS DO EDITAL

20.1 – Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de referência
- b) Anexo II – Modelo de proposta comercial
- c) Anexo III – Minuta de Contrato Administrativo de Concessão de Uso
- d) Anexo IV – Modelo de declaração quadro societário
- e) Anexo V – Modelo de declaração de idoneidade
- f) Anexo VI – Modelo de declaração de atendimento a legislação trabalhista e proteção à criança e ao adolescente
- g) Anexo VII – Modelo de declaração da ciência dos termos do Edital e que cumpre todos os requisitos
- h) Anexo VIII – Modelo de declaração de visita ao pavilhão e suas estruturas
- i) Anexo IX – Modelo de carta de credenciamento

Saltinho/SC, 26 de fevereiro de 2024.

EDIMAR NORONHA DE FREITAS
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a” da Lei n. 14.133/2021)

1.1 O objeto desta licitação é a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO sendo Barracão Industrial para instalação de micro, pequenas e médias empresas, situado na área industrial de Saltinho/SC, com o fim exclusivo de exploração indústria e de prestação de serviços.

Item	Descrição	Unidade	Quant	Valor anual	Quant. de empregos	Setor
1	Pavilhão industrial com área de 651,24 m²	Pavilhão	1	R\$ 1.320,00	8(oito) empregos	Industrial
2	Pavilhão industrial com área de 646,73 m²	Pavilhão	1	R\$ 1.320,00	6(seis) empregos	Prestação de serviços de mecânica

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b” da Lei n. 14.133/2021)

2.1 O Município de Saltinho/SC, fica localizado em uma área privilegiada pois, é por ele que passa uma importante rodovia estadual para a entrada e saída do Estado de Santa Catarina. Sendo assim, as industriais que aqui se instalarem tem um benefício com a logística de seus produtos, por conta disto, nosso município está em pleno desenvolvimento econômico, com instalação e criação de novas empresas e industriais.

2.2 Desta forma, é importante que estas empresas tenham condições plenas de estrutura, para a melhor eficiência da sua produção, contudo, o Município dispõe de dois barracões industriais para que as empresas que se enquadrarem nos requisitos possa se instalar e fazer uso deles.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “c” da Lei n. 14.133/2021)

3.1 O Município está em pleno desenvolvimento econômico, e a criação de empresas está crescendo, sendo necessária a utilização de locais apropriados para a instalação delas, visto isso, o Município dispõe de dois barracões, localizados na área industrial, suprimindo a demanda de algumas que necessitam de espaço adequado para exercer a sua atividade econômica.

4. REQUISITOS DA CONTRAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d” da Lei n. 14.133/2021)

4.1 O imóvel público, objeto deste Edital, terá a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO única e exclusiva para a exploração de ATIVIDADE ECONÔMICA DE CARÁTER INDUSTRIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, sendo expressamente vedada à utilização para fins residenciais ou da prática de atividades ilícitas.

4.2 Poderão participar deste Processo Licitatório todas as PESSOAS JURÍDICAS que atenderem às exigências, exceto aquelas que:

- Estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública;
- Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público;
- Encontram-se sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;

4.3 A pessoa jurídica deverá:

- a) Responder exclusiva e integralmente pelos encargos tributários, fiscais, trabalhistas e patrimoniais pertinentes ao objeto da presente concessão de uso.
- b) Apresentar ao fiscal de contrato, mensalmente, os comprovantes de pagamento de funcionários bem como dos respectivos encargos trabalhistas.
- c) Não efetuar sob qualquer motivo, a subconcessão total ou parcial do imóvel, objeto do presente instrumento contratual.
- d) Manter no local os funcionários devidamente uniformizados, em perfeitas condições de higiene, e demais que fizerem necessários.
- e) Utilizar e cuidar do imóvel sob concessão de uso, bem como os bens móveis ali instalados, estritamente para as atividades contratadas, como se seu próprio fosse responsabilizando pelos danos que por ventura der causa.
- f) Responder por incêndio na área de concessão de uso, se não provar caso fortuito ou força maior, vício de construção ou origem criminal provocado por terceiros.
- g) Responder integralmente por pequenos reparos na área do imóvel sob concessão, exceto os resultantes de depreciação pelo tempo ou uso normal, realizando imediatamente a reparação de danos verificados, causados por usuários sob sua responsabilidade, com consentimento do Município de Saltinho.
- h) Restituir o imóvel, ao término do prazo de vigência contratual ou determinado findo prematuramente, na forma como o recebeu, salvo os desgastes normais da ação do tempo e uso.
- i) Responsabilizar-se pelas despesas da execução do objeto.
- j) Cumprir fielmente as cláusulas contratuais, os horários estipulados e as normas gerais de funcionamento avençadas neste contrato, na Concorrência Nº 001/2021 e seus anexos.

- k) Cumprir a determinação do inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal que disciplina o trabalho do menor, sendo de sua exclusiva responsabilidade as implicações penais cabíveis, em caso de descumprimento, além de implicar na rescisão contratual, conforme prevê o inciso XVIII do artigo 78 da mesma Lei.
- l) Não empregar sob qualquer regime ou alegação, pessoas que mantenham vínculos empregatícios com a Concedente; e
- m) Cumprir regularmente todas as demais condições estipuladas no Edital da Concorrência de nº. 001/2021, seus anexos e Projeto Básico.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e” da Lei n. 14.133/2021).

5.1 Executar os serviços de acordo com os prazos e quantidades estipuladas, pelo Município e o Gestor do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f” da Lei n. 14.133/2021).

6.1 O contrato será fiscalizado pelo fiscal e gestor devidamente nomeados e indicados, a qual o serviço se insere, com atribuição de exercer a coordenação fiscalização. A Contratada deverá prestar toda colaboração e fornecer todos os dados e informações necessárias e solicitadas pela Fiscalização para o desenvolvimento de suas atividades.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g” da Lei n. 14.133/2021).

7.1 Por se tratar de uma concessão de direito real de uso, o critério de pagamento dos encargos será realizado, anualmente conforme proposta da pessoa jurídica.

7.2 O pagamento do valor anual será efetuado em duas parcelas iguais, sendo a primeira em até 20 dias após a assinatura do CONTRATO, e a segunda até o vigésimo dia que precede a data de completar 7 (sete) meses de concessão, e assim sucessivamente para os anos seguintes;

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

8.1 Serão critérios gerais para a seleção da pessoa jurídica:

- 8.1.1 Se SOCIEDADES COMERCIAIS EM GERAL: contrato social em vigor e última alteração, se houver devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, apresentado na forma da Lei n. 10.406, de 10-1-2002;
- 8.1.2 Se SOCIEDADES CIVIS: inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício, devidamente registrado;

8.1.3 Se SOCIEDADES ANÔNIMAS: Ata da Assembleia-Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia-Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal, apresentada na forma da Lei n. 10.406, de 10-1-2002;

8.1.4 Na apresentação do estatuto, contrato social ou inscrição do ato constitutivo em vigor e última alteração, se houver, deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto lícito;

8.2 DA REGULARIDADE FISCAL

8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.2.2 Prova de Regularidade para com a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através de Certidão Conjunta, conforme Decreto nº. 5.512 de 15 de agosto de 2005, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da certidão o seu prazo de validade.

8.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativa a todos os tributos de competência estadual, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar seu prazo de validade, expressamente, no corpo dela;

8.2.4 Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede do licitante, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar seu prazo de validade, expressamente, no corpo dela. A(s) certidão(ões) negativa(s) de débitos municipais devem referir-se a todos os tributos, quer seja, a tributos mobiliários e imobiliários.

8.2.5 Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela CEF – Caixa Econômica Federal, com data de emissão não superior a 31 (trinta e um) dias, quando não constar expressamente no corpo da certidão seu prazo de validade.

8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de junho de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão, (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) eletrônica e gratuita, encontra-se disponível no site www.tst.jus.br e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

8.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

8.3.1 Certidões negativas de falências e concordatas expedidas pelos distribuidores da sede da Licitante, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br> ;

8.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, ou seja, de 31/12/22, que comprovem

a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo IGPM quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de realização da Licitação. Em caso de Sociedades Anônimas, o balanço ou Ações, deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. As demais empresas deverão apresentar o Balanço autenticado, certificado por contador registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando, expressamente, o número do livro Diário e folha em que cada Balanço se acha regularmente transcrito (com fotocópia da página de abertura e fechamento do Livro Diário).

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

9.1 Por se tratar de uma Concessão de Direito Real de Uso, não terá nenhum encargo financeiro para o município.

Saltinho - SC, em 26 de fevereiro de 2024.

EDIMAR NORONHA DE FREITAS
Prefeito Municipal

ANEXO II
PROPOSTA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024

DADOS DA PROPONENTE:

Razão social:
CNPJ:
Endereço:
Cidade/UF:
CEP:
Telefone:
E-mail:

PROPOSTA:

Ramo de Atividade: () indústria
Número inicial de empregos a serem gerados – (número por extenso)
Número de empregos a serem gerados até 24 meses após a instalação da empresa (incluindo os empregos citados no item anterior): (número por extenso)
Investimento em máquinas e equipamentos para o exercício das atividades: R\$ (valor por extenso)
Estimativa de geração de tributos nos dois primeiros anos: R\$ (valor por extenso)
Valor mensal proposto para concessão: R\$ (valor por extenso)
Faturamento da licitante no exercício de 2021 – R\$ e no exercício de 2022 – R\$ (valor por extenso)

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e identificação

ANEXO III

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO

MINUTA DE CONTRATO CONTRATO Nº ____/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE SALTINHO E A EMPRESA
_____, OBJETIVANDO
A CONCESSÃO DE DIREITO REAL
DE USO DE BEM PÚBLICO PARA
EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL

O Município de Saltinho, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Álvaro Costa, 1605 – Centro - 89.981-000 – Saltinho - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.844/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. Edimar Noronha de Freitas, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) seu(ua) _____, Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 010/2024, modalidade Concorrência Pública nº 002/2024, em conformidade com a Lei Federal nº 14133/2021 e demais legislações aplicáveis, atendidas as Cláusulas a seguir enunciadas:

1 – CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Outorga de Concessão de Direito Real de Uso a título oneroso, de uma parte da matrícula de nº 9367 (em anexo) contendo:

Item	Descrição	Unidade	Quant	Valor anual	Quant. de empregos	Setor
1	Pavilhão industrial com área de 651,24 m²	Pavilhão	1	R\$	8(oito) empregos	Industrial
2	Pavilhão industrial com área de 646,73 m²	Pavilhão	1	R\$	6(seis) empregos	Prestação de serviços de mecânica

Os barracões construídos em estrutura pré fabricada de concreto e aço incluindo fechamentos, piso, instalações e acessos, localizado na SC-160, saída para Serra Alta, sob a matrícula 9367 no CRI de Campo Erê - SC.

2 – CLAUSULA SEGUNDA – DOS ENCARGOS DA CESSIONÁRIA CONTRATADA

2.1 – Exercer atividades industriais, pelo período mínimo de 10 (dez) anos, prorrogado por igual período.

2.2 – Contratação de mão de obra local para, no mínimo 70% (setenta por cento) dos empregos gerados.

2.2.1 – Na eventualidade de não atingir o percentual acima, a empresa vencedora da licitação deverá justificar a impossibilidade, comprovando o oferecimento de vagas, mediante publicação em redes sociais, rádios e jornais de circulação local.

2.3 – Geração de no mínimo xxx novos empregos, devidamente registrados, no prazo de até 60 dias, contados da data da entrega pelo Poder Executivo Municipal, já construído.

2.4 – Geração de no mínimo xxxx novos empregos, devidamente registrados, no prazo de até 2 (dois) anos preferencialmente dentre os habitantes do Município de Saltinho, contados da data da entrega pelo Poder Executivo Municipal do barracão.

2.5 – Pagar mensalmente o valor ofertado na proposta, observando o mínimo de R\$ xxx,00 reais.

2.6 – Manutenção, preservação e cuidados periódicos do pavilhão.

2.7 – Preservar o meio ambiente e adquirir sob suas expensas todas as licenças ambientais necessárias para realização das atividades, sendo que a apresentação das mesmas condicionará o início das atividades.

2.8 – Pagar as despesas de água, luz e demais tributos e encargos incidentes sobre o imóvel

2.9 – Contratar seguro total do imóvel objeto da concessão, após efetiva instalação da empresa. A comprovação se dará através do envio de uma (01) via do contrato ou apólice para a Administração Pública.

2.10 – Efetuar os investimentos necessários à manutenção e desenvolvimento da atividade.

2.11 – Atender os prazos previstos.

2.12 – Cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho.

2.13– Cumprir com os encargos que lhe são atribuídos neste Edital de Licitação e anexos.

2.14 – Em caso das adequações não estiverem concluídas, mas se for de concordância tanto da Concessionária quanto do Município, a Concessionária poderá tomar posse independente de qualquer prazo ou conclusão das adequações.

3 – CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O Contrato terá vigência de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que a Concessionária esteja cumprindo com os encargos do presente edital e por conveniência administrativa, mediante acordo entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 06 (seis) meses antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis nº 14133/2021

4 – CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

4.1 – Efetuar o cumprimento dos incentivos mencionados no Edital de Licitação nº 002/2024 e anexos.

4.2 – Fiscalizar o cumprimento dos encargos da Cessionária.

5 – CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR

5.1 A concessionária pagará mensalmente o valor de R\$ _____ (_____) mensais, a título de contribuição pelo uso do imóvel cedido.

5.2 O valor da contribuição anual será corrigido a cada período de 12 (doze) meses pelo percentual acumulado do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

5.3 O valor da primeira contribuição mensal deverá ser pago em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato administrativo e as demais, sucessivamente.

6 – CLAUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E REVERSÃO

6.1 A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação, bem como o descumprimento por parte da Concessionária de suas obrigações legais e/ou contratuais ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 115 da Lei nº 14133/2021, com as consequências previstas da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

6.2 A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1 Determinada por ato unilateral da Administração;

6.2.2 - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

6.3 O presente Contrato de CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO poderá ser rescindido também, por falta de cumprimento de suas Cláusulas, conforme disposições descritas no edital.

6.4 Reverterão ao município os bens concedidos a título de estímulo econômico, quando:

a) Não utilizados em sua finalidade;

b) Não iniciadas as atividades no prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão da ordem de instalação;

c) Não cumprido os prazos estipulados;

d) Não atingindo o número de empregos dispostos na Proposta Comercial para o primeiro (1º) ano corrente;

e) Paralisação das atividades;

f) Falência ou concordata da empresa;

g) Transferência do estabelecimento para outro município; e

h) Vencimento do contrato de concessão sem que a empresa tenha exercido a opção de compra.

i) Rescisão do contrato.

6.5 – A empresa enquadrada neste artigo deverá desocupar o imóvel objeto da concessão no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, fazendo a retirada das benfeitorias realizadas quando for tecnicamente possível, deixando o bem concedido nas mesmas condições que fora recebido.

6.6 – Ao final do prazo de vigência do presente contrato, ou em caso de rescisão antecipada, os investimentos feitos pela concessionária no imóvel, para deixá-lo em condições de uso, assim como os investimentos feitos para adaptá-lo às condições de uso conforme a finalidade que lhe será atribuída pelo licitante, não serão restituídos pelo Município, devendo o imóvel ser entregue em igual ou melhor condição de que

foi recebido, não sendo ainda ressarcido ou indenizado quaisquer benfeitorias edificadas no imóvel, sendo elas úteis ou necessárias, declarando a concessionária que está ciente da presente condição.

6.7 – Os acréscimos de benfeitorias no imóvel cedido, só poderão ocorrer mediante prévia autorização do concedente, sendo a concessionária sabedora de que; e ao final da vigência do presente contrato, ou de sua resolução, as benfeitorias eventualmente edificadas passarão a integrar o patrimônio público municipal, não cabendo indenização ou ressarcimento delas à concessionário.

7 – CLÁUSULA QUARTA – DAS MULTAS E PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial do presente contrato de cessão de direito real de uso decorrente desta licitação, o CONCEDENTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à concessionária, as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14133/2021.

7.2 O inadimplemento da contribuição mensal acarretará na incidência de multa de 10 % (dez por cento), mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária pelo IGPM.

7.3 O atraso superior a 3 (três) anos do pagamento da contribuição, consecutivos ou não, ensejará a rescisão do presente contrato e de seu objeto, sem necessidade de prévia notificação.

8 – CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 As sanções administrativas serão a advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, com fulcro no Título IV Capítulo I, da Lei n.º 14133/2021.

8.2 Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

8.3 As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

9 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO

9.1 O presente contrato poderá ser alterado na forma da Lei nº 14133/2021.

9.2 Poderá, ainda, ser alterado o presente contrato, objetivando a modificar o cronograma de implantação do empreendimento e outros aspectos de execução.

10 – CLAUSULA SEXTA – DO FORO

10.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, a fins de dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir entre as partes relativas ao presente CONTRATO.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Saltinho - SC, em ____ de _____ de 2024.

EDIMAR NORONHA DE FREITAS
Prefeito Municipal
CONCEDENTE

CESSIONÁRIA

Testemunhas:

01) _____

Nome:

CPF:

02) _____

Nome:

CPF:

ANEXO IV

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, VicePrefeito, Vereadores, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, do Município de Saltinho - SC.

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura e identificação

ANEXO V

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório –
CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que a empresa
_____, inscrita sob o CNPJ nº
_____, que não pesa contra si, declaração de
inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de
governo.

_____, em ____ de _____ de 2024.

Assinatura e identificação

ANEXO VI

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2024

***MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO
TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE***

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório –
CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que a empresa
_____, inscrita no CNPJ sob nº
_____ com sede na _____
_____, não emprega menores de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis
anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e identificação

ANEXO VI

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PREFE Nº 002/2024

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA CIÊNCIA DOS TERMOS DO EDITAL E QUE
CUMPRE TODOS OS REQUISITOS**

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA que recebeu todos os arquivos, informações e que cumpre plenamente com os requisitos do Edital.

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura e identificação

ANEXO VIII

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITAÇÃO AO ESPAÇO CEDIDO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA que visitou o local e tomou conhecimento da área a ser cedida e sua estruturas.

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura e identificação

ANEXO IX

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2024

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

À Prefeitura Municipal de Saltinho - SC A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, pela presente, CREDENCIA o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Cédula de identidade nº e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência Pública Nº 002/2024, instaurado pelo Município de Saltinho. Na qualidade de representante legal da empresa, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de RENUNCIAR AO DIREITO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, ASSINAR CONTRATOS E DISTRATOS.

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura e identificação